

X ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA

Sociologia Política

VÍNCULOS PESSOAIS, ORIGEM SÓCIO-OCUPACIONAL E “PROTAGONISMO LOCAL”: UM MAPEAMENTO DOS MECANISMOS POSTOS EM MARCHA NOS PROCESSOS DE ESCOLHA DOS PREFEITOS NOMEADOS NO RS ENTRE 1964 E 1985

Rafael Machado Madeira (PUCRS)¹
rafaelmachadomadeira@gmail.com
rafael.madeira@pucrs.br

Belo Horizonte, MG

30 de agosto a 02 de setembro de 2016

¹ Pesquisador e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e membro do Centro Brasileiro de Pesquisas em Democracia da Pucrs. Bolsista da Capes (Proc. n. 7304/14-5).

Vínculos pessoais, origem sócio-ocupacional e “protagonismo local”: um mapeamento dos mecanismos postos em marcha nos processos de escolha dos prefeitos nomeados no RS entre 1964 e 1985

Trabalho anterior identificou que nas disputas pela nomeação ao posto de prefeito das áreas de segurança nacional do RS, fatores como as redes de relações pessoais dos pretendentes com deputados, governadores, ex-governadores, generais que ocupavam postos-chave em Brasília e até mesmo com familiares do general-presidente foram decisivos para potencializar suas respectivas “candidaturas”. Contudo, o depoimento de parcela significativa dos ex-nomeados enfatiza que são características individuais dos mesmos, como a “liderança social”, a “liderança política” ou o “empreendedorismo econômico” que são mobilizadas para legitimar tais nomeações. Aspectos como a ocupação (professor, profissional liberal, fazendeiro, comerciante, industrial, etc.), os vínculos sociais (Lyons, Rotary, direção de clube de futebol, de sindicato rural, etc.), são convertidos em trunfos que legitimam a escolha destes nomes, ao mesmo tempo em que ocultam relações e redes de influência que, por sua vez, são cruciais para se entender tais nomeações.

Recrutamento; Elite política; Autoritarismo.

1. Introdução

Ao longo de todo o período autoritário, o governo federal manteve (em uma relação às vezes tensa com a Arena) o controle sobre o processo de definição dos ocupantes do Executivo nos estados da Federação e em contingente significativo de municípios brasileiros. No Rio Grande do Sul, 29 municípios foram denominados como Área de Segurança Nacional (ASN). Tal contingente engloba conjunto significativamente heterogêneo de cidades, indo desde a capital do estado (Porto Alegre) e região metropolitana (Canoas), passando por cidades de médio porte (Uruguaiana e Rio Grande) e chegando a cidades muito pequenas, localizadas principalmente perto da região da fronteira (Herval).

Este trabalho apresenta a continuidade de pesquisa desenvolvida no âmbito do PPG em Ciências Sociais e do Centro Brasileiro de Pesquisas em Democracia da Pucrs desde 2009². Tal pesquisa combina análise quantitativa (dados de origem sócio-ocupacional, dados eleitorais e dados acerca dos cargos eletivos e não eletivos ocupados pelos 107 prefeitos

² E representa a continuidade de pesquisas desenvolvidas pelo autor sobre a importância da experiência bipartidária e o seu impacto na reconfiguração do atual multipartidarismo que se iniciaram no nível de mestrado, em 1999.

nomeados no RS ao longo de suas respectivas carreiras) e análise qualitativa (37 entrevistas em profundidade: 31 prefeitos nomeados, dois secretários municipais de prefeitos nomeados, uma esposa de nomeado, uma filha de nomeado, um secretário municipal de dois nomeados e um ex-governador do estado do RS).

Nesta fase, o principal objetivo deste artigo é analisar diferenças na origem sócio-ocupacional dos nomeados, bem como, analisar como habilidades e competências vinculadas às diferentes atividades são mobilizadas pelos entrevistados para legitimar seus mandatos. Deve-se ressaltar ainda a dificuldade para se encontrar dados de carreira política e vínculos associativos, profissionais e políticos dos prefeitos nomeados. Heinz e Codato (2015) afirmam que quanto menor a notoriedade e quanto mais afastado no tempo estão os sujeitos investigados, maior é a dificuldade para se ter acesso aos dados. Ao longo desta pesquisa, a garimpagem feita em arquivos, livros, recortes de jornal, etc. na busca por dados de carreira política, de origem sócio-ocupacional e acerca da trajetória dos nomeados busca enfrentar estas dificuldades. Obter dados sobre políticos que nunca ultrapassaram os limites dos seus municípios e que foram prefeitos em pequenas cidades do interior nas décadas de sessenta e setenta não é tarefa simples. Aproveito aqui para agradecer aos bolsistas vinculados ao projeto³ que desenvolveram grande esforço neste sentido.

2. Da profissão à vocação: tensões entre o mundo da política e as três principais origens ocupacionais dos nomeados

Anteriormente, identificou-se a inexistência de um perfil político claro dentre os escolhidos para ocupar as prefeituras das áreas de segurança nacional do Rio Grande do Sul. Tal achado permite afirmar com segurança que não existia um modelo (“político”, ou “técnico”, Nery, 1977 e Madeira, 2006) claro enquanto critério de recrutamento dos nomeados no que tange ao seu envolvimento prévio com a política partidária. Agora, passa-se a investigar se no que tange à origem profissional é possível identificar um perfil mais claro de recrutamento dos nomeados. Além do contato direto com alguns dos nomeados, dados das prefeituras municipais e de livros de memórias e documentos coletados nas visitas aos municípios foram também utilizados como fontes. Aqui se consideram as profissões identificadas como sendo a principal atividade profissional de cada prefeito.

³ Agradeço a Guilherme Lueska Costa, Carlos Augusto Nunes Pinto e a Taiane F. da S. Bringhenti por terem “garimpado” os dados de recrutamento e carreira política dos prefeitos nomeados. Não é fácil encontrar dados de carreira relativos às décadas de 1940, 1950 e 1960. Dificuldade adicional se constitui no fato de que vários dos políticos analisados desenvolveram suas carreiras em pequenos municípios do interior do estado e muitos não tiveram projeção para além dos limites dos seus municípios.

Quadro 1 – Profissão dos nomeados

Profissão principal	Frequência	Percentual	Cum.
Sem identificação	25	23,43	23,43
Professor	21	19,63	44,06
Militar	17	15,82	58,88
Comerciante	15	14,02	72,9
Agropecuário	5	4,67	77,57
Veterinário	5	4,67	82,24
Advogado	3	2,8	85,05
Funcionário Pub. Municipal	3	2,8	87,85
Empresário	2	1,87	89,72
Administrador de Empresas	2	1,87	91,59
Industrial	2	1,87	93,46
Médico	1	0,93	94,39
Operador de Máquinas	1	0,93	95,33
Engenheiro Agrônomo	1	0,93	96,26
Alfaiate	1	0,93	97,2
Cartorário	1	0,93	98,13
Agricultor	1	0,93	99,07
Funcionário Pub. Federal	1	0,93	100
Total	107	100	

Fonte: elaboração própria

Assim como em relação aos dados de carreira política formal, encontramos significativas dificuldades para identificar a origem profissional dos prefeitos nomeados⁴. Tal fato é ilustrado já na primeira linha do quadro acima, dado que ainda não possuímos dados acerca da profissão de um em cada quatro prefeitos nomeados.

Outro dado que certamente merece ser analisado mais a fundo é a frequência residual de prefeitos vinculados à agricultura e/ou pecuária. Sabe-se, inclusive pelas entrevistas, que esta é a origem familiar de muitos dos nomeados. Sobre este ponto, dois aspectos merecem destaque.

Primeiro, o fato (comprovado nas entrevistas) de que muitos nomeados possuíam mais de uma ocupação. Pesquisas sobre origem profissional de elites políticas (Codato, Costa e Massino, 2014) demonstram que muitas vezes os deputados escolhem qual atividade e/ou título priorizar enquanto vínculo profissional. Não raro, tem-se um fazendeiro que é também profissional liberal; um industrial que possui título de bacharel; um comerciante que também é funcionário público. Tal variedade dá ao agente a possibilidade de jogar com

⁴ Agradeço aqui o apoio constante do colega André Gerardi na compilação destes dados.

estes diferentes títulos e vínculos, permitindo, assim, um trânsito maior sobre diferentes espaços sociais.

Em segundo lugar, uma hipótese alternativa/complementar é que muitos nomeados que se definem nas entrevistas como originários de famílias de pequenos agricultores tenham em algum momento de suas trajetórias “deixado o campo” para estudar, ou trabalhar, “na cidade”, não tendo mais retornado “ao campo” – ao menos para trabalhar. Este é o caso de alguns dos entrevistados que se declararam como professores, relatando terem deixado o campo para estudar “no internato” ou “na cidade”, não mais retornando para o trabalho “na roça”.

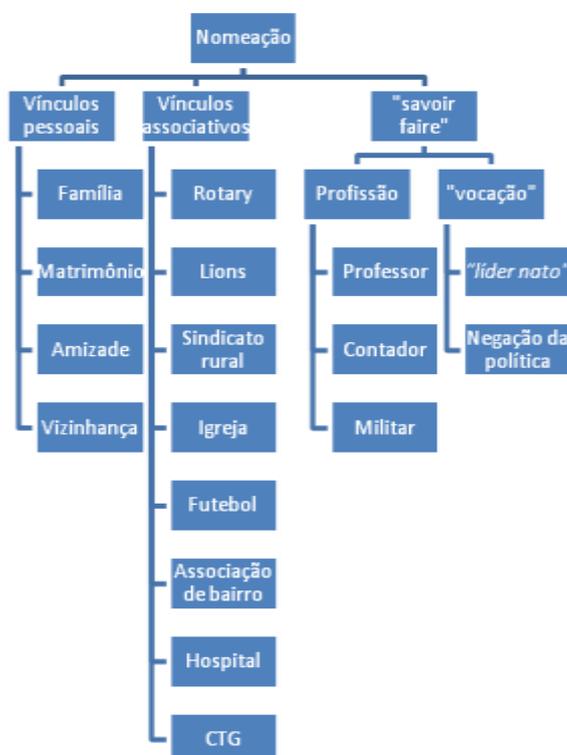
Até aqui, os dados sobre recrutamento e de carreira política dos nomeados não permitem identificar um perfil político claro de nomeado por parte do regime. A julgar pelos dados de origem profissional, este fenômeno se repete. Tais dados corroboram a inexistência de qualquer método, procedimento, ou padrão de escolha dos nomeados para as áreas de segurança nacional. Pode-se afirmar, portanto, que o alegado “caráter estratégico” de tais municípios não implicou no estabelecimento de um perfil de administrador que pudesse “fazer frente” ao desafio de administrar um município considerado área de segurança nacional.

Mesmo com todas as limitações assinaladas, dados indicam pelo menos três atividades profissionais que se destacam dentre os nomeados: professor, militar e comerciante. O conjunto de nomeados oriundos destas três profissões compõe a metade do universo aqui analisado. Enquanto um quarto dos nomeados tem profissão ainda desconhecida, dois quartos se concentram nas três atividades mencionadas e o último quarto se encontra muito fragmentado em outras 14 atividades. Retomando a questão da pouca frequência de agropecuária, nota-se que algumas das demais atividades também se encontram relacionadas ao meio rural: para além da própria agropecuária e agricultura, menciona-se aqui a veterinária e a agronomia. Este conjunto de profissões perfazem 12 casos.

Ao longo das entrevistas, identificou-se que para além das atividades políticas e profissionais, uma série de outros elementos foram mobilizados pelos nomeados para explicar a escolha de seus respectivos nomes e também para explicar a escolha de aliados, ou de adversários políticos antes e depois dos seus respectivos mandatos enquanto prefeitos nomeados. Em sua fase atual, um dos objetivos da pesquisa é o de mapear as principais categorias utilizadas com a intenção de explicar as nomeações (suas e de outros nomeados nos seus respectivos municípios).

A figura 2 apresenta tais categorias, que serão divididas em três grupos principais para fins de análise: vínculos pessoais, vínculos associativos e a terceira categoria que busca dar conta de diferentes modalidades de protagonismo social, identificadas nas falas dos entrevistados. A distinção nas três categorias é apenas analítica, nenhuma delas dá conta da explicação das nomeações isoladamente e entrevistas atestam a riqueza de entrelaçamentos entre múltiplas categorias. Mas para que se possa começar a destrinchar este novo, o presente artigo buscará: 1) analisar a influência atribuída à origem sócio-ocupacional dos nomeados oriundos das três ocupações mais frequentes em suas respectivas nomeações; 2) mapear como valores e imagens associadas a estas profissões são mobilizadas para justificar nomeações e para explicar sucessos e fracassos políticos e; 3) identificar como a tensão entre os universos profissionais e o universo político são mobilizados como categoria de acusação ou de louvor a aliados e adversários políticos. Em etapas futuras, serão as outras duas categorias (vínculos pessoais e vínculos associativos) que serão mapeadas.

Figura 1 – Categorias mobilizadas para explicar nomeação



Em poliarquias estabelecidas, o voto é por excelência o agente legitimador de mandatos. Em um contexto como o das Áreas de Segurança Nacional, em que o sufrágio não se constitui no meio para a conquista de um mandato de prefeito, tanto a explicação para a

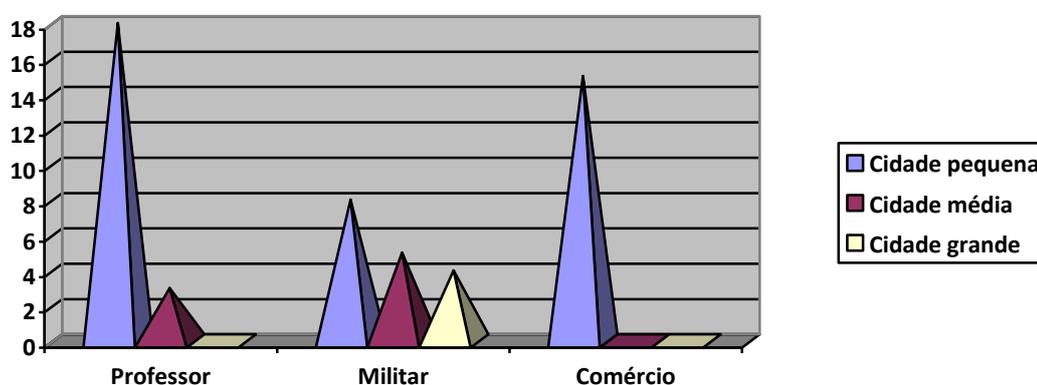
escolha dos nomes, quanto a justificativa para legitimar tais mandatos devem ser buscadas através da mobilização de categorias alternativas à franquia eleitoral. As entrevistas demonstram que tais justificativas giram em torno de três eixos principais: vínculos pessoais, vínculos associativos e “qualidades pessoais” dos nomeados.

O peso relativo de cada um dos conjuntos de relações varia muito caso a caso e não é objetivo desta análise buscar estabelecer uma hierarquia para identificar qual o peso de cada eixo para o conjunto dos prefeitos nomeados. Não há como estabelecer tal hierarquia *a priori*. O que fica muito claro nos relatos coletados é a dinâmica de sempre buscar ressaltar aspectos do terceiro eixo em detrimento aos demais para explicar as respectivas nomeações.

3. Magistério e pequena atividade comercial: principais nichos de recrutamento em pequenos municípios

Se dados agregados de origem sócio-ocupacional não permitem delimitar um perfil claro dos nomeados. Ao se desmembrar tais dados de acordo com o tamanho dos municípios, algumas regularidades se evidenciam de forma muito clara. Ao longo da análise das entrevistas, foi ficando cada vez mais clara a associação entre nomeados oriundos do pequeno comércio e do magistério e os pequenos municípios. Tal associação se repete de forma surpreendente quando se analisa o universo dos nomeados. Das três principais profissões identificadas apenas os militares se caracterizam por ascenderem ao cargo de prefeito em municípios novos e antigos; pequenos, médios e grandes; de todas as regiões do estado – sendo Porto Alegre a grande exceção. Como se pode observar na figura abaixo, nada menos que todos os 15 comerciantes e 18 dos 21 professores foram nomeados em municípios pequenos.

Figura 2 – Distribuição das ocupações mais frequentes, por tamanho do município



Cod

ato, Costa e Massino (2014) analisam o quanto diferentes ocupações influenciam as chances de desenvolvimento de carreiras políticas. Os autores concluem que a influência da origem socio-ocupacional ocorre antes mesmo que variáveis institucionais (recrutamento partidário e franquias eleitorais) exerçam papel de filtro entre a massa de postulantes ao cargo de deputado federal e os eleitos. Os dados aqui coletados parecem indicar que pelo menos o segundo critério estabelecido pelos autores (importância de cada ocupação em uma dada sociedade) é significativamente associado ao contexto no qual se dá tal tentativa de conversão de capitais socioeconômicos em capital político.

A julgar pelo universo aqui examinado, o tempo livre, a autonomia financeira e a afinidade da ocupação com valores do mundo político de um professor, por exemplo, parecem ser mais facilmente convertidos em notoriedade e protagonismo político nos pequenos municípios. Tal argumento é apresentado com parcimônia em função das diferenças entre as populações e entre os contextos tomados nas duas análises dado que a população aqui examinada: 1) em boa medida inicia a carreira política em um contexto autoritário e não passou pela franquias eleitorais para assumir o posto de prefeito⁵ e; 2) é formada majoritariamente por políticos que não ultrapassaram os limites dos seus respectivos municípios/regiões. Para um professor de um pequeno município, é significativamente mais fácil do que para um professor de um grande município, ser convidado para assumir uma secretaria municipal, conquistar uma vereança ou mesmo a prefeitura do município a partir do seu prestígio na sociedade local. Em uma cidade média ou grande, apenas o prestígio social da profissão não parece ser suficiente para a conquista de tais espaços.

A vinculação da liderança (comumente significada como um dom “natural”) exercida em conjunto com a docência foi utilizada inúmeras vezes ao longo das entrevistas. Um

⁵ Ao mesmo tempo, deve-se ter em mente que o período em que se constrói a notoriedade dos professores e que esta é convertida em capital político em parcela significativa dos casos é o período democrático anterior ao golpe de 1964.

professor (e advogado) legitima sua notoriedade no município a partir de sólida formação educacional, religiosa e da prática profissional do magistério, aspectos estes que teriam feito com que a comunidade “naturalmente” o impingisse a transformar esta liderança em liderança política.

Entrevistado: Minha profissão atualmente é advogado, mas antes disso eu fui professor. [...] Porto Mauá era um lugar muito difícil, difícil acesso, difícil tu encontrar moradia, e **uma comunidade que diziam que era indomável**. [...] Efetivamente, não era um lugar santo, mas não era o que diziam. **Só precisava liderar**. [...] E olha, deu certo. Dos seis meses que era para eu ficar lá, eu fiquei onze anos, casei lá e **liderei a comunidade efetivamente**, porque eu tenho uma **formação jesuítica** eu fui interno do seminário por um tempo. [...] Arena tudo bem, faço a minha filiação, sem consultar ninguém, a única pessoa foi a minha mulher. Ah, vamos! Mas primeiro ouviram os líderes na comunidade. Os empresários aí, o professor, é o professor...sem eu saber. E quando eu fui convidado para ir a uma janta em um restaurante lá, tinha dois restaurantes. E me lançaram a candidato. Bom, eu não queria, mas as pessoas que estavam ali queriam. Bom, eu vou pensar em ser político. Eu lecionava. Eu tinha fundado um colégio lá, chamado Ginásio Comercial Tamandaré. E eu era professor, entre outras cadeiras, de OSPB, organização social e política brasileira. Então, estudava. Mas estudava mesmo. **A política eu estudava**. Eu **era um dos poucos que recebia a revista Cruzeiro naquela época**. Aí tinha reportagens muito boas. **Estudei Maquiavel**, bom na OSPB eu procurei. (Entrevista n. 22 grifos meus).

Outro nomeado que se define como ex-professor (mas que foi também pequeno empresário) é bastante ilustrativo do uso da categoria “vocação” para explicar o desenvolvimento de carreiras políticas. Aqui, os sacrifícios financeiro, pessoal e familiar são mobilizados para atestar o quanto o prefeito abriu mão de seus interesses particulares em nome de uma “vocação”.

Entrevistado: [...] eu acho que eu sou mais político e mais público porque se não, não tinha ficado tanto tempo, permanecido tantos anos. E sinto que desde guri, eu vim pra ajudar pessoas e me realizo muito quando eu sei que fui útil para alguém, para comunidade. [...] **Eu sei que o que eu ganhei na minha vida pessoal foi na empresa, fazendo negócios. Então se o meu interesse e o meu objetivo era financeiro, eu tinha que ficar lá na empresa, não podia voltar aqui. A minha permanência aqui prejudicou as minhas empresas, nos momentos mais difíceis eu não estive lá. Nós tínhamos duas, agora não temos mais nenhuma, porque eu não estava lá, estava aqui. Quer dizer, priorizando o coletivo e o social ao invés do particular, do pessoal, do familiar, que foi a grande prejudicada**. Mas o meu pai conta que eu muito pequeno, lá na colônia, com aquele radio grande movido à bateria, radio de madeira. [...] Mas mais ou menos naquela hora, daquele programa, eu abandonava meus colegas e grudava o ouvido no rádio para escutar aquele programa político daquele homem. E quando eu ouvia falar que os meus irmãos iam para um comício, eu pequeno, desde guri, incomodava tanto que me levavam junto, porque eu queria ir nesse comício escutar, ver e sentir. **Então tá nas veias**.

Entrevistador: Você acha que foi aí que começou...

Entrevistado: **Não, eu acho que veio do nascimento, quem nasce, nasce com o perfil. E eu tenho certeza que o meu ideal e a minha vocação é fazer bem aos outros**. (Entrevista n. 10, grifos meus).

A notoriedade vinculada ao cargo e a sua posição social em pequenas comunidades e conquistada em sala de aula é convertida em capital político mesmo “contra a vontade” dos entrevistados. O fato de conhecer muitas pessoas em espaço relativamente curto de tempo é estratégico e dá ao professor o trunfo político de conhecer e ser muito bem conhecido na comunidade, dado que a cada ano novas turmas de munícipes passam a frequentar suas salas de aula. Estes trunfos, via de regra, são mobilizados para encobrir o uso político de tal posição. Com relação a este ponto, é digna de nota a forma como o entrevistado abaixo relata eventos carregados de relações políticas, buscando despolitizá-los. Este depoimento é muito ilustrativo da negação da política como categoria de legitimação das trajetórias dos nomeados. Contudo, tal esforço só torna mais evidente o contraste do tom despolitizado com a afirmação de que o apoio eleitoral foi dado em troca da “cedência” para o município, o que representou o fim das constantes viagens que o entrevistado tinha que fazer.

Entrevistado: [...] e **caí na política por acidente**.

Entrevistador: Pois é, como é que aconteceu isso?

Entrevistado: Porque quando eu vim a Porto Lucena eu vim a **convite da administração municipal da época que era do PTB** né, que hoje seria o PDT, na época era o PTB que estava comandando o município. E nós de Alecrim viemos fazer um teatro aqui em Porto Lucena e o **secretário da educação na época, me convidou pra jantar na casa dele e aí me formulou um convite** para eu vir a Porto Lucena dar aula do curso de admissão. Ele disse:

-“Eu simpatizei com você, quero que você venha.”.

Ele viu o nosso trabalho no teatro lá, nós cantamos...

Entrevistador: Como era o nome dele?

Entrevistado: José Hartmann. Ele viu, nós fizemos uma apresentação de um “coralzinho”, fizemos cantos, além das encenações teatrais. E aí ele gostou muito.

-“Isso que eu preciso aqui.”. Ele me disse.

E aí nós entramos em negociações e eu aceitei o desafio de vir a Porto Lucena para esse curso de admissão ao ginásio que seria a noite e eu teria tempo, o dia livre, para outras ocupações. Mas infelizmente depois de dois meses, um pouco menos de dois meses de trabalho, **a cedência foi negada e atribuo isso a uma questão política né. Eu não tinha nada a ver com política, mas como eu de certa forma devo ter exercido alguma influencia política com a minha vinda para o curso**. E pelos acontecimentos **procuraram me tirar o tapete, eu interpretei assim né**. [...] E aí passado um tempo eu passei o cargo de professor do curso de admissão para uma professora, comuniquei a diretora **só que os alunos não aceitaram a professora** e segunda à noite não tinha ninguém na escola, **fizeram greve. E aí a diretora me chamou me pediu pra retornar**. [...] Bom, passado um ano e meio praticamente, em 63, daí na metade do ano... 63 era ano eleitoral... Por isso que eu **ingressei por tabela na política** embora naquele momento ainda **não tinha ingressado em política nenhuma né**.

Entrevistador: Não tinha nenhum partido naquela época ainda?

Entrevistado: Não, não tinha. **Eu não tinha partido, nada-nada**. E aí um dos candidatos a prefeito, **Hugo Feier que depois foi prefeito nomeado em Porto Xavier**, me chamou na casa dele e disse: -“Eu tenho uma proposta pra fazer para você. **Se você vai na rádio dar uma declaração ao meu favor como candidato eu te trago hoje à noite a cedência**.”.

Entrevistado: [...] **naquela época, a cidade inteira foi meu aluno né de qualquer idade, independente da idade né.** O secretário da administração de hoje foi meu aluno no curso de admissão, o ex-prefeito Bordim foi meu aluno e tantas outras pessoas que hoje estão pra fora, que tem gente que é doutor, é juiz, é tudo mais, tudo foram meus alunos. (Entrevista n. 15, grifos meus).

O relato abaixo também deixa muito claro como e a partir de quais relações e vínculos pessoais se deu a passagem do magistério (e de sua atuação junto ao futebol de várzea) para a atividade política. Se no primeiro extrato desta entrevista utilizado neste artigo, o nomeado exalta a sua vocação para a política, aqui, o mesmo explicita o caminho percorrido para que esta vocação pudesse ser exercida.

Entrevistado: **Então formando-me lá em 1963, participando de um concurso a nível estadual, aprovado, nomeado, me encaminharam para Ponte Pratos, Horizontina – Rio Grande do Sul. E essa é a razão pela qual eu estou aqui, portanto desde 1964.**

Entrevistador: Como que iniciou a sua vida na política?

Entrevistado: Eu comecei trabalhando nessa escola rural com muitos alunos, muitas classes e tinha um **envolvimento muito forte na área esportiva como jogador, como liderança onde eu estava atuando como professor**, nas comunidades vizinhas. **E fui chamando atenção do prefeito da época, chamado Alfonso Lückemeyer, em 1965, 66, e me indicou ao secretário da educação para ser o supervisor da educação do município de Horizontina.** Eu e mais um comandávamos, portanto, a educação do município. Aí nós tínhamos um programa chamado “A Voz do Magistério” onde a gente interagia com os professores, com as comunidades, fazia reunião com a associação de pais e mestres, com os próprios professores, marcava presença nas festividades, nas inaugurações. **Enfim, eu fui construindo um conhecimento, um relacionamento e uma credibilidade perante as pessoas e perante as comunidades.**

Em seguida um presidente da câmara chamado Walter Bündchen me chamou para ser o secretário executivo do poder legislativo. E ali os vereadores da época não eram remunerados, e faziam um trabalho muito eficiente e não tinham outra preocupação se não a comunidade. E estavam ali pessoas muito qualificadas, advogados, empresários, lideranças, e **eu convivi com esse mundo, com esse universo, enquanto, também, supervisor de educação do município.**

Em 1971, o então presidente da câmara Walter Bündchen, ficou nomeado prefeito municipal de Horizontina, em sendo Horizontina um município de área de segurança nacional. **Me convidou para ser o seu chefe de gabinete, então, ainda muito jovem eu aceitei esse segundo desafio,** o primeiro de supervisionar a educação do município. Em segundo lugar de ser chefe de gabinete do prefeito que era um grande gestor, um grande administrador, **mas era um homem que tinha o perfil de gabinete, não era aberto a comunidade. Cabia ao chefe do gabinete, a mim, portanto, essa relação com a comunidade. A presença nas festividades, nos momentos festivos da comunidade. Isso foi me habilitando cada vez mais na função pública e também no mundo político, porque nesse meio tempo havia as eleições municipais, estaduais e federais, deputados estaduais e federais. E eu como membro do partido me envolvia nas campanhas, do processo. Até fazia, no rádio, programas políticos.**

Então, ele completando o ciclo dele em 1975 e não querendo continuar, prosseguir. **O governador da época pediu, então, ao partido do município que**

indicasse três pessoas, três nomes de reconhecida idoneidade e que tivesse condições de gerenciar e administrar o município de Horizontina. O meu nome foi incluído e acabei sendo chamado e convocado. (Entrevista n. 10, grifos meus).

O prestígio social associado ao cargo de professor nos municípios pequenos e/ou recém-formados é uma constante dado que é sempre mobilizado pelos entrevistados para explicar o ingresso na esfera política. O trecho abaixo, ao comentar a posição que um grupo de ex-colegas de magistério ocupou em diferentes municípios de uma mesma região do estado (alguns sendo nomeados e outros tendo sido eleitos após a redemocratização), ilustra este aspecto.

Entrevistador: E isto [ser professor na região do entrevistado] dava uma boa relação entre vocês na região?

Entrevistado: Muito! Muito mesmo, **nós éramos, assim, considerados: autoridade. Na época, autoridade respeitada.** E a gente procurava corresponder àquela confiança que a comunidade empregava na gente, né? Cada vez mais confiança e mais responsabilidade. (Entrevista n. 28. Grifos meus).

Em alguns casos, para além do fato de ser professor, o conteúdo da disciplina ministrada converte-se, também, em elemento importante para explicar a competência política do entrevistado. No caso a seguir, por exemplo, o fato de ter trabalhado em escritórios de contabilidade e de ter lecionado contabilidade é acionado como agente legitimador da escolha de um prefeito nomeado. Competência esta comprovada pela não condenação de sua administração pelo Tribunal de Contas. Ao longo da entrevista, a posse desta *expertise* – deste *savoir faire* – convertida em capital de legitimação política é usada no sentido de “despolitizar” a nomeação deste prefeito.

Entrevistado: [...] Foi um espetáculo, não tive problema nenhum. **Não respondi nenhum processo.** Tive que responder alguma coisa, no Tribunal de Contas, entende? Algumas coisas que não foram exatamente regulares, né? **Mas não paguei nenhuma pena, não devolvi nenhum real, não dedei [sic] prefeito anterior, não tive vingança de prefeito nenhum.** Poderia ter erros. **E vi erros grotescos e deixei passar.** Só que eu tinha um privilégio, **o grande privilégio que eu tinha é que eu conhecia a contabilidade pública. Fui o único cara, o único prefeito do município que entrou na prefeitura com conhecimento.** Eu sabia o que era um empenho, eu sabia o que era um crédito, eu sabia o que era um orçamento, eu sabia fazer um orçamento. O cara fazia um orçamento e eu sabia o que eu tava [sic] lendo. **Todos os outros, todos os outros entraram lá e a maioria saiu sem saber.** [...] **Eu fui professor de contabilidade pública,** eu lecionava todas as noites... (Entrevista n. 7, grifos meus).

A substituição da política pelo “conhecimento técnico” é argumento já identificado em todas as esferas de governo e em diferentes períodos históricos. E o uso político da “competência técnica” se faz claramente presente em alguns dos depoimentos colhidos.

O relato abaixo ilustra outra dinâmica de conversão de capitais ligados à ocupação em prestígio político e social no contexto de um pequeno município, recém-emancipado. Neste

caso, a abertura e o sucesso comercial de “três ou quatro bolichoziños” é o que projeta social, política e economicamente a família do nomeado ao ponto do mesmo “ser chamado” a participar do esforço da comunidade local (representada pelos seus filhos “mais ilustres”) pela emancipação de Tenente Portela, na década de 1950. O entrevistado indica que também possuía (por ter “um olho”) uma ascendência/liderança pessoal sobre a comunidade. Liderança esta, respaldada pelo sucesso eleitoral do entrevistado mesmo antes de ser nomeado, quando foi eleito vereador “com mais votos do que o prefeito” ainda no período democrático anterior ao regime civil-militar.

Entrevistado: Fiquei um tempo no interior de Lajeado. Daí, lá já não podia mais. Aí o meu pai, agente vendeu e fomos morar em Três Passos. Tenente Portela, naquele tempo. No interior de Tenente Portela, que hoje é município: Derrubadas. Mas, **no meio do mato mesmo. Aí eu abri um bolichoziño** [sic]. Tinha os meus pais e minhas irmãs. Meu pai adoeceu muito, no segundo ano ele faleceu lá. Depois a minha mãe também, ficou muito doente. **E eu tive comercialmente muito sucesso lá. Sinceramente. Eu cheguei a ter três ou quatro filiais.** E quando eu entrei lá tinha já uma turma formada lá de Tenente Portela que queria se emancipar de Três Passos. **E, sabe como é, no meio de índios, quem tem um olho, né? Então eles me botaram no meio também.**

Entrevistador: Como foi este processo de emancipação? Vocês se reuniram? Como é que foi?

Entrevistado: É se reuniram... Não, **é um grupo de pessoas influentes de Tenente Portela e alguns do interior**, eu era do interior, né? Então a gente se reunia e ia a Três Passos, **Três Passos não queria abrir mão, lógico**, né? Mas tinham pessoas entenderam, né? **E eu tinha muitas ligações aqui com alguns deputados importantes** aqui em Porto Alegre. Tinha amizade, a gente logo fez. E também, eles tinham a área eleitoral deles era lá, então eles foram a favor, né. Então a gente contemporizou, então foi uma coisa muito legal, sem briga nenhuma. **Aí foi eleito, eleito não, foi imposto o Artur Ambros** que era funcionário do governo. Foi um bom prefeito. E aí me colocaram como candidato a vereador. Eu não fiz, eu não queria nada. Tanto é que no dia das eleições eu nem tava lá. Mas eu fui segundo suplente, né? E depois, tive a oportunidade de assumir lá. Aí, depois, na outra eleição [...] eu novamente como candidato a vereador, **aí eu fiz mais votos do que o prefeito [risadas]. Foi gozado isto, né?**

Entrevistador: O senhor chegou a fazer campanha?

Entrevistado: **Não, não, campanha nem nada né?. E nem discursava eu não sabia. Eu falava só quase alemão, era um sotaque de alemão que vou te contar.** Mas a gente conquistou muito italiano, lá é de origem italiana, alemão e mesmo brasileiros, né. **Então a gente ficou muito conhecido.** (Entrevista n. 31, grifos meus).

Seja a partir de um capital de notoriedade dado pelo saber, pelo prestígio social da posição de professor, seja pela ingerência econômica sobre sua clientela (o “caderno de notas”), o fato é que ambas as profissões permitem que seus membros sejam muito conhecidos e tenham a possibilidade de estabelecer redes de contato com praticamente todo mundo em uma pequena comunidade. Se nos maiores e mais antigos municípios do interior do estado o perfil dos nomeados passa a estar mais associado a elites políticas tradicionais, normalmente vinculadas à grande propriedade rural, à pecuária e/ou à agricultura em larga

escala, ou a atividades comerciais e industriais de relevo, nos pequenos municípios, comerciantes e professores foram claramente os mais beneficiados nas nomeações.

4. Da caserna para a o paço municipal: tensões entre dois universos distintos

Como afirmado anteriormente, a única atividade profissional presente em todos os perfis de municípios é a militar, demonstrando grande mobilidade (exerceram cargo de prefeito nomeado fora de seus municípios de origem) e ocupando tal posto tanto em municípios grandes e tradicionais, quanto em municípios pequenos e recém-formados. Contudo, uma das profissões que menos possui afinidades com o universo da política é a carreira militar. Esta profissão possui muito prestígio social em função de uma associação muito grande a imagens e valores comumente muito distanciados da imagem do político médio como a ordem, a disciplina, a probidade, a seriedade e o nacionalismo. Não é preciso dizer que tais imagens e valores diferem muito das associadas normalmente à esfera política, como clientelismo, corrupção, carreirismo, etc. Um bom militar deve saber emitir e obedecer a ordens, um bom político deve saber negociar, barganhar, para retirar maior proveito possível, mesmo em situações desvantajosas. Um bom político deve ter carisma, deve saber empolgar as massas em um comício e “desarmar” seus adversários em debates; tais características não fazem parte do horizonte do universo da caserna. Como afirma Bourdieu (2001):

[...] o *habitus* do político pressupõe uma preparação especial. É, em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária para adquirir o *corpus* de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do *tribuno*, indispensável nas relações com os profanos, ou a do *debater*, necessária nas relações entre profissionais. (Bourdieu, 2001, p. 169).

Não é difícil perceber que (em condições normais de temperatura e pressão) não existem *a priori* muitas afinidades entre o universo militar e o da política⁶. Tal constatação aliada ao fato de que os militares se configuram na segunda ocupação mais importante enquanto fonte de recrutamento dos prefeitos nomeados torna a análise das tensões entre estes dois universos um dos principais objetivos deste artigo. É óbvio que em um contexto de normalidade democrática (ou mesmo dentro do regime autoritário, se nestes municípios ocorressem eleições para o paço municipal) não haveria tão grande número de militares

⁶ Este dado torna ainda mais interessante o estudo do crescimento da chamada “bancada da bala” na Câmara dos Deputados nas últimas legislaturas.

ocupando as prefeituras. É óbvio também que tais militares não foram escolhidos (ao menos publicamente) por possuírem um “perfil político”.

Contudo, no momento em que assumem a administração municipal, tais indivíduos passam a ter que negociar constantemente com atores políticos nas secretarias municipais, na Câmara de Vereadores, com a população em geral, com deputados estaduais e federais, etc. Em um contexto de normalidade democrática, pode-se pressupor que apenas militares que tenham alguma aptidão e/ou interesse em desenvolver carreiras políticas ocupem cargos políticos. No contexto dos municípios considerados Área de Segurança Nacional, contudo, é plausível supor que muitos dos militares nomeados não tinham tais aptidões, ou não tiveram êxito em desenvolvê-las. O que se pretende analisar aqui não é necessariamente se os militares nomeados tinham ou não “aptidão para a política”, mas como as imagens vinculadas a cada universo são mobilizadas ora por civis, hora por militares como categorias laudatórias ou acusatórias.

Os extratos da entrevista abaixo são bastante ilustrativos das aproximações e distanciamentos entre a esfera política e a militar. Oriundo de uma família com tradição militar por parte de pai e mãe (primos), mas também neto de ex-prefeito e grande produtor rural de uma cidade do interior, a trajetória deste militar nomeado prefeito de uma importante cidade da região metropolitana de Porto Alegre é retratada aqui por sua filha.

Entrevistador: Esse avô do Seu Daniel, ele também foi algum prefeito? Foi algum vereador?

Entrevistada: **Ele foi prefeito de Dom Pedrito por muitos anos.**

Entrevistador: E ele foi prefeito de Dom Pedrito justamente por ser um militar ou, como é?

Entrevistada: **Não, por ser um grande proprietário na região. Foi ele que mandou construir a primeira escola, foi ele que montou a igreja, entende? Ele que organizou, mais ou menos, a vida lá [...]**

Entrevistada: **[...] quando o pai assumiu a primeira coisa que ele fez foi revisar as finanças e tudo que ele achava que estava abusivo ou que não estava de acordo com o que deveria ser estabelecido, ele simplesmente mandou cortar, mandou sair fora do governo.** As pessoas que estavam lá pra ajudar que tinham sido indicadas, algumas até por ele mesmo, que ele depois viu que não estavam fazendo as coisas de maneira correta, mesmo depois de ele ter falado, **ele simplesmente avisou pro comandante da base aérea que ia demitir e tchau, demitiu mesmo.** Isso fez com que ele tivesse muitas inimizades ali, porque como eu te disse, ele tinha mania de fazer as coisas de maneira correta, ele não admitia um desvio sequer. E lá às vezes fazia conchavo daqui, conchavo de lá, **como acontece em toda parte política e ele não era de conchavo [...]** E infelizmente com demissões que ele fez e que o pessoal não gostou, **inclusive de amigos dele que também eram militares e que estavam lá em postos, que ele mandou embora.**

Entrevistador: Então na realidade se for ver, o grupo do Lagranha, que estava antes ele limpou, tirou todo mundo.

Entrevistada: Tirou.

Entrevistador: E esse foi um dos motivos que...

Entrevistada: Sim, um dos motivos porque depois esse grupo começou a pressionar para as coisas não darem certo e o pai se incomodou com isso e até avisou para o comandante, que se continuasse assim ele queria sair. Aí o comandante disse que não, que ele ficasse mais um pouco, que ele precisava que ele organizasse mais e depois sim ele podia sair. Tanto é que quando ele conseguiu completar o que ele queria e o que o comandante tinha solicitado, aí ele pediu para o comandante mandar ele embora, e aí ele foi. E logo no ano seguinte ele entrou para a reserva.

Entrevistador: O Seu Daniel tinha tendências a ser um político ou ele era um militar mesmo?

Entrevistada: **Não. Ele era essencialmente militar, ele não era político [...].**

Entrevistador: A senhora lembra dele relatar algum tipo de problema com o pessoal do MDB? Dos vereadores. Ou do MDB partido? Existia algum problema com o pessoal?

Entrevistada: **Não, com esses aí não. Justamente o maior problema dele foi justamente com os da Arena.**

Entrevistador: **Com os da Arena?**

Entrevistada: **Aham. Porque como eles queriam coisas que ele achava que não era correto ele brigou com os próprios, que deviam ser comparsas né, vamos dizer assim. Com os outros ele não se incomodava né, mesmo porque os outros nessa época não tinham vez ali em Canoas né, porque era considerada área militar então não tinha como, não tinha brecha para eles entrarem. O problema foi entre eles né, do grupo Arena. [...] Foi por isso, foi por isso. Porque em termo de política, se fosse pelo lado político ele jamais iria porque ele não tem jeito político nenhum, nunca teve [...] Ele saiu muito decepcionado, inclusive com alguns colegas dele e com o próprio regime [...]**

Entrevistador: Dentre esse grupo de amigos dele, algum, a senhora tem conhecimento se algum deles continuou com carreira política ou alguma coisa assim ou não?

Entrevistada: **Eu acho que só o Ludwig.**

Entrevistador: **Só o Ludwig?**

Entrevistada: **É?**

Entrevistador: Só que eles não se davam. Anos depois, mesmo anos depois eles não conversaram nunca mais?

Entrevistada: Não, não conversaram mais. [...] Não, foi séria. Por isso eu digo, ele tinha um, ele era organizador, ele era de fazer as coisas corretas, **mas ele não podia jamais ir para uma política porque ele não tinha aquele jogo de cintura que é obrigatório. É. Ele era, assim, tem que ser desse jeito, é desse jeito. Ele não era flexível, tinha que ser assim, era assim que ele ia fazer. Ele podia dizer: olha, acho que não tá muito certo. Mas se dissessem: “Faz”. Ele fazia.**

Entrevistador: A senhora acha que Ludwig ficou mais tempo no poder por que...

Entrevistada: **Era mais flexível...**

Entrevistador: **Mais flexível?**

Entrevistada: **É. E aceitou determinadas coisas que o pai não aceitava.**

Entrevistador: **Talvez tenha sido isso...**

Entrevistada: **Isso aí ele mesmo falou uma vez. Que Ludwig... Ele mesmo disse que o Ludwig ia conseguir mais justamente por concordar com determinadas coisas que ele não achava que seria o melhor, não seria o mais correto.**

Um militar retratado como a encarnação da caserna e que por isto amealhou inúmeras inimizades seja com políticos tradicionais, seja com alguns ex-colegas de farda que teriam se mostrado mais “flexíveis” e com mais “jogo de cintura”. Infelizmente não há confirmação sobre se as relações familiares deste nomeado (neto de um militar, mas que também foi um grande proprietário rural e ex-prefeito de Dom Pedrito – RS) tiveram alguma influência na escolha do seu nome para “comandar” a prefeitura de Canoas o que nos auxiliaria muito a destrinchar melhor esta lógica dicotômica em que relações tanto no meio político, quanto no meio militar são capazes de explicar a escolha de indivíduos que assumem postos políticos com base na retórica da negação da política.

Normalmente, os entrevistados civis se referem aos seus adversários como “politiqueiros”, como pessoas que só “olham para o seu umbigo” e só pensam nos seus conchavos, sem se preocuparem com “a comunidade”, com “o bem comum”, etc. isto é, os civis ao se compararem com os adversários distinguem a “boa política” da “má política”, colando nos outros a imagem que comumente se tem de um político e se colocando como exceção. Já dentre os militares, geralmente o que ocorre é a negação da política; universo este que passa a incluir, inclusive, os desafetos de dentro da caserna, que passam a ser retratados e acusados de serem “excessivamente políticos”.

Outro nomeado militar, carioca que governou o município de Quaraí e que também não tinha laços com a região distingue de maneira muito clara os dois universos:

Entrevistado: [...] Não tem nada que possa dizer que **um militar está se aproveitando. E nunca se aproveitou. Eu não conheço nenhum militar que tenha ficado milionário** dentro do quartel. Eu não conheço. Se alguém me apontar um... Agora conheço, **depois que os militares deixaram, centenas de políticos que ficaram milionários**, inclusive da minha época. Civis. (Entrevista n. 17, grifos meus).

Na entrevista abaixo, por sua vez, partem de um ex-vereador da Arena e ex-secretário municipal de três prefeitos nomeados os comentários acerca da passagem “infeliz” pela prefeitura de um “interventor” “excessivamente militar”. Aqui também fica clara a forma como um civil e político de carreira mobiliza imagens vinculadas ao mundo da caserna para explicar o fracasso da administração de um dos três militares nomeados no município. Encontra-se aqui a mesma lógica dicotômica e de incompatibilidade na relação entre as esferas militar e política, mas com sinal trocado. Se até aqui valores vinculados à caserna

eram significados positivamente, passam a gora a serem vistos como entraves a um bom desempenho na administração.

Entrevistado: O general Cattani, Álvaro Cattani, se não me falha a memória. **De uma passagem inexpressiva pela prefeitura. O general Cattani era muito... Militar! E suas ideias eram militares. E sua maneira de administrar era militar. Era tudo... não foi um administrador brilhante.** Pelo contrário, ele sofria muitas críticas por que **ele não era absolutamente nada político. Ele era muito linha dura.** (Entrevista n. 19, grifos meus).

Não raro, a nomeação de um militar sem vínculos com os municípios acabava contrariando ambições das principais lideranças arenistas no município, postulantes ao cargo. Madeira e Gerardi (2014) analisam um caso em que a escolha de um membro da Brigada Militar foi explicada em função das brigas e desentendimentos entre diferentes correntes no interior da Arena local. Nery (1975) e Madeira (2006) analisam o quanto tal prática foi utilizada pelos presidentes Médici e Geisel na escolha dos governadores e candidatos ao Senado em vários estados. Bem como, o quanto tal procedimento gerou tensões e resistências entre as principais lideranças estaduais da Arena. Aqui, se identifica no contexto de um pequeno município do interior do estado o mesmo processo. Como a explicitação do descontentamento por não ocupar o cargo ambicionado não “pega bem”, a crítica à ocupação de tais cargos por elementos estranhos ao município passa a ser legitimada pela mobilização da incompatibilidade entre os dois universos.

Outro achado desta pesquisa é o de identificar como tais categorias são mobilizadas como categorias laudatórias ou de acusação por aliados e adversários nos casos em que militares têm êxito em migrar da caserna para a esfera política. Um exemplo neste sentido, de militar com reputação de ter grande habilidade política é o de um dos nomeados como prefeito de outra importante cidade do interior, Uruguaiana, e que teve longa carreira política posterior ao regime civil-militar. Da mesma forma que o caso precedente, aqui este militar não havia tido nenhum envolvimento com cargos políticos, mas contrariamente ao caso precedente, este nomeado passa a ser visto, inclusive por antigos adversários como um “político nato”. O testemunho que um ex-emedebista e ex-presidente da Câmara de Vereadores dá acerca deste nomeado é bastante ilustrativo de um caso de grande êxito na transição da caserna para a esfera político-partidária, que se inicia na prefeitura e prossegue ao longo do período democrático posterior.

Entrevistador: Como eles [nomeados] faziam para fazer vocês [vereadores do MDB] votarem nos projetos do Executivo, por exemplo?

Entrevistado: Tu sabes que na época do Brasil Carús... Isto é engraçado. **Esse era político. Era político. Nem parecia que era do Exército [...]** Tu sabes que ele não... **Ele era muito amigo de todo mundo.** Ele era político, era político. O Hélio era apaixonado por ele e ambos tinham uma amizade muito forte. **Por que o Carús nem parecia milico. Era um cara espetacular!** A minha mãe,

particularmente, é apaixonada por ele. [...] **Ele era muito simples, tu entende? Claro e na época da ditadura, os milico...** E ele foi nomeado, né? **Mas ele era povão. E continua sendo! Ele tem um carisma, ele chega aí e te abraça... é um cara espetacular.** Eu me dou muito bem com ele, sempre me dei bem com ele. E ele era muito amigo do Hélio [presidente da CV quando Carús foi nomeado]. E na época, os projetos, ele cantava o Hélio “Tchê tem um projeto nós precisamos aprovar assim, assim, vai ser bom pra comunidade...” E o Hélio nos cantava: “Tchê isso aí é bom pro povo e tal...” **E [a gente] não era tanto de briga, entende?** (Entrevista n. 21, grifos meus).

Na voz de um político que exalta o ex-prefeito nomeado, os papéis da relação dicotômica entre esfera política e a militar se invertem e características vinculadas à esfera política são significadas como qualidades do caráter pessoal do ex-militar. Enquanto a filha de um militar mobiliza tais categorias para defender/construir a memória do pai, um admirador civil de um ex-militar que teve êxito em sua carreira política posterior as mobiliza quase no sentido inverso. No primeiro caso, toda e qualquer possibilidade de existência de negociação política é negada (pai nunca fez acordos, “conchavos”), no segundo caso, são as ações e aspectos “militares” do nomeado que serão neutralizadas na fala. Caso exemplar desta última dinâmica é a narrativa (feita pelo mesmo entrevistado) da prisão do último prefeito eleito de Uruguaiana. Na ocasião, quem deu voz de prisão ao prefeito foi justamente o futuro nomeado...

Entrevistado: Outro fato engraçado, não sei se te serve. Na época aqui, o prefeito era o Isabelino Abade. Aí, o Carús foi prendê-lo. Depois o Carús se elegeu já pelo ... **Pelo voto e pelo PDT e o Isabelino Abade, se eu não me lembro, foi vice do Carús.** Umas histórias assim engraçadas, né. **Ele o tirou preso da prefeitura. Mas o Carús era um cavalheiro, né?** Ele chegou lá e disse: “Olha, eu tenho aqui um mandato de prisão, pa pa pa...”. Mas era um cavalheiro, um cara fino, uma diplomacia. E **esses militares, eu vou te contar, eles chegavam aqui, te prendiam e te algemavam na época, um terror. Mas o Carús, não.** Ele chegava aqui e dizia: “Olha, eu tenho ordem, sou um militar, isso não é meu, é ordem lá de cima, eu não tenho nada contra o senhor ba ba ba”. **Era elegante, era fino, era um democrata. [...] Tá no sangue eu acho.** (Entrevista n. 21, grifos meus).

Por fim, no último extrato de entrevista analisado sobre a atuação de nomeados militares, identifica-se a crítica que um político civil (presidente da Câmara de Vereadores pelo MDB e que chegou a ocupar interinamente a prefeitura) faz a um nomeado militar, não por este se pautar por práticas incompatíveis com a administração municipal, mas sim, pelo fato deste nomeado não só ser de fora do município, mas também pelo fato deste ter “loteado” todos os cargos importantes da prefeitura para “milicos estranhos à comunidade”. Talvez justamente por ser do partido de oposição e não da Arena, este entrevistado tenha se sentido (na época e também na entrevista) mais a vontade para explicitar o quanto causava incômodo às elites locais o fato da prefeitura municipal estar povoada de indivíduos “de fora da comunidade”, não deixando espaços para os “filhos da terra”.

Entrevistado: Outra coisa, pra tu ver (sic)? Quando teve a nomeação daquele coronel, **por mais gente boa que ele pudesse ser, mas ele trouxe um**

batalhão de brigadianos pra trabalhar no município aqui, com cargos de confiança pra ganhar salário aqui. **Sendo que poderia aqueles cargos, aquelas funções, aqueles empreguinhos ter dado para gente daqui.** Ele tinha desde segurança pra cima, parecia até um aparato militar.

Entrevistador: O pessoal da Arena daqui não conseguia emprego na prefeitura, é isso?

Entrevistado: Só se fosse algum caso assim de operário [...] o serviço mais bruto, né? Mas o serviço mais administrativo e os cargos de confiança, os CCs **eram tudo, quase tudo militar que ele trouxe de lá. Era um aparato militar governando aí. E aquilo parecia uma ofensa para a comunidade.** E era um dos motivos que fazia a oposição crescer cada vez mais. Que dava um bom discurso. Dava um bom discurso: “Por que um militarismo governando Vicente Dutra aqui? **Será que as pessoas daqui não têm condições de administrar isso aí?** Será que as funções do município, os empregos não podem ser dados pra nossa gente daqui? Tem que ser dado pros militares aposentados lá de Porto Alegre?” (Entrevista n. 25. Grifos meus).

Além de gerar descontentamento nas hostes arenistas pela ocupação dos cargos no âmbito municipal, a atitude deste coronel da Brigada Militar de utilizar a estrutura da prefeitura como cabide de emprego para militares aposentados da capital, permite que a oposição municipal acerte três coelhos com uma só cajadada. Denuncia a “politicagem” dos militares, angaria o apoio da comunidade local jogando com ao menos duas identidades (nós *versus* “os de fora” e civis *versus* militares) e ao mesmo tempo critica/desqualifica os quadros arenistas (dado que ou não teriam competência para governar, ou aceitavam tal “ofensa à comunidade” quietos).

5. Considerações finais

Na primeira fase desta pesquisa, priorizou-se o mapeamento das carreiras políticas (cargos eletivos e não eletivos) dos nomeados, que foram classificados de acordo com tipologia proposta (Madeira e Gerardi, 2014). Este artigo apresenta os primeiros exames da segunda fase da pesquisa, em que são os vínculos pessoais, associativos e profissionais dos nomeados que serão analisados. Além de propor estas três grandes categorias, fez-se aqui uma primeira apresentação e discussão acerca da influência de uma delas (origem sócio-ocupacional).

A análise anterior não identificou um perfil político claro dentre os nomeados. E no agregado, a análise da origem sócio-ocupacional dos nomeados também indica significativa heterogeneidade. Contudo, ao se analisar a distribuição das três ocupações mais frequentes entre os diferentes municípios considerados Área de Segurança Nacional, constatou-se a existência de um padrão muito claro de recrutamento dos nomeados. Quase a totalidade dos professores e pequenos comerciantes foi recrutada em pequenos e recém-formados

municípios. Contexto quase oposto foi identificado dentre os militares, que ocuparam a prefeitura em todos os tipos de municípios.

Talvez esta dinâmica de recrutamento profissional (professores e pequenos comerciantes em pequenas cidades) tenha sido causada pelo regime. Contudo, o fato de que muitos dos professores e pequenos comerciantes começaram a desenvolver suas carreiras ainda antes do golpe de 1964 permite levantar a hipótese (a ser testada em trabalhos futuros) de que tal quadro constitui-se em fenômeno mais geral na dinâmica de recrutamento de elites políticas em pequenos municípios.

6. Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. 2001. O Poder Simbólico. Quarta edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CODATO, A. COSTA, L. D. E MASSINO, L. 2014. Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 20, número 3, p. 346-362.

HEINZ, Flavio e CODATO, Adriano. 2015. A prosopografia explicada para cientistas políticos. In: Perissinoto, Renato e CODATO, Adriano (orgs). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR.

LEAL, Victor N. 1997. **Coronelismo, Enxada e Voto**: o município e o regime representativo no Brasil. Terceira edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

MADEIRA, Rafael. 2006. **Vinhos antigos em novas garrafas**: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro. (Tese de Doutorado) Porto Alegre: PPG-Ciência Política: UFRGS.

MADEIRA, Rafael M.; GERARDI, Dirceu A. 2012. Descomprimindo tendências: os embates intrapartidários no interior da ARENA e MDB em eleições municipais gaúchas (1968-1976). In: **Cuarto Congresso Uruguayo de Ciencia Política**. Montevideo, Uruguai.

_____. 2014. O regime civil-militar e a política local: uma proposta de tipologia para a análise de recrutamento e padrões de carreira de prefeitos nomeados no Rio Grande do Sul. **Teoria e Pesquisa**. 23 (2), p. 150-177.

NERY, Sebastião. 1975. **As 16 derrotas que abalaram o Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.